

ANÁLISE LONGITUDINAL DO DESEMPENHO DAS CONTAS EXTERNAS BRASILEIRAS DESDE O INÍCIO DO PLANO REAL

ALEX FAGNER MARTINY

Resumo

Em um mundo cada vez mais globalizado, é fundamental que países e organizações estejam atentos às mudanças que se apresentam todos os dias nos mais variados âmbitos, principalmente no que diz respeito à economia. Estes desafios requerem a elaboração de estratégias para manter a competitividade no mercado. Nesta lógica, destaca-se o advento do comércio internacional, que pode ser caracterizado pela troca de bens e serviços entre as nações. O balanço de pagamentos é o instrumento responsável por qualificar este tipo de comércio, através das contas externas e de todas as transações econômicas realizadas entre residentes e não-residentes. Para a composição deste trabalho, examinou-se o balanço de pagamentos do Brasil para apurar o desempenho de suas contas externas após a implementação do plano real. Diante disto, surgiu o problema da pesquisa: Qual o desempenho das contas externas brasileiras desde o início do plano real? Com o propósito de responder esta pergunta, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os resultados das contas externas do Brasil nos governos FHC, Lula e Dilma/Temer. Revelou-se que as contas externas brasileiras se encaminham para uma assemelhação com países desenvolvidos.

Palavras-chave: Balanço de Pagamentos. FMI. Contas Externas.

1 INTRODUÇÃO

As consequências da grande globalização nos trazem desafios diários, sendo totalmente indispensável entender de que maneira o mundo conecta-se entre si. Para a nossa área, devemos considerar a interligação dos países, essencialmente de blocos econômicos formando alianças cada vez mais poderosas. Neste sentido, requer-se um conhecimento aprofundado no assunto, com foco na realização de uma análise completa do desempenho econômico, excepcionalmente, brasileiro. Para isso deve-se identificar informações e variáveis específicas, dispostas integralmente no balanço de pagamentos do país, o qual nos permite, no geral, ter uma visão precisa de contas internas e externas como também seu desenvolvimento com o passar dos anos.

Malan (1998) aponta que depois de uma longa história de taxas de inflação elevadas e crescentes, o Brasil conseguiu após 1994 estabilizar os preços e fazer a economia crescer, ainda que a taxas moderadas. Ao longo dos anos 90, o país também passou por profundas transformações estruturais que abriram caminho para um novo tipo de inserção internacional. A abertura econômica e a privatização, associadas à estabilidade, resultaram em forte incentivo aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros.

De acordo com o BACEN (2020), as rendas de investimento direto abrangem os lucros e dividendos relativos a participações no capital de empresas e os juros correspondentes aos empréstimos intercompanhias nas modalidades de empréstimos diretos e títulos de qualquer prazo. Não incluem os ganhos de capital, classificados como investimento direto na conta financeira. As rendas de investimento em carteira englobam os lucros, dividendos e bonificações relativos às aplicações em ações e os juros correspondentes às aplicações em títulos de dívida de emissão doméstica (títulos da dívida interna pública, debêntures e outros títulos privados) e no exterior (bônus, notes e commercial papers) de qualquer prazo.

O objetivo geral do estudo visou compreender qual é o desempenho das contas externas brasileiras desde o início do Plano Real.

Para este fim, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

Indicar pontos fortes e fracos do balanço e das transações do país;

Identificar conflitos e crises que afetaram as economias.

2 DESENVOLVIMENTO

BALANÇO E PAGAMENTOS

O balanço de pagamentos segundo Vasconcellos (2010), pode ser explicado como o registro das transações de um país com o exterior, onde se agrega todos os tipos de bens e serviços como também o turismo. Deste modo, a contabilidade é realizada através de crédito e débito na conta de Variação de Reservas do país.

Conforme Viceconti e Neves (2017), o balanço de pagamentos é efetuado apenas em uma divisa, com o objetivo de homogeneização. Por ser uma moeda mundialmente aceita, normalmente utiliza-se o dólar para este fim. Sendo assim, as transações realizadas em outras divisas são convertidas em moeda americana para a apresentação dos dados.

Finalizando, o Banco Central do Brasil (BACEN) vinha desde 2001 divulgando o balanço de pagamentos do país com base na metodologia da quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (BPM5) . A partir do ano de 2015, os dados externos da economia brasileira passaram a ser apresentados em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos (BPM6) do FMI. A atualização vinda com o BPM6 contempla desenvolvimentos econômicos mundiais, isso permitiu um aperfeiçoamento do padrão estatístico nacional e garantiu consistência com a nova metodologia das Contas Nacionais (BACEN, 2020).

ESTRUTURA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

De acordo com Carvalho e Silva (2017), as transações integrantes do balanço de pagamentos são bens, serviços, rendas, doações, direitos e obrigações. Para a realização destas movimentações, adota-se então um princípio de valor de mercado, conveniente e acordado entre os dois lados

das transações, seguindo a taxa de câmbio vigente na data da operação. Dentre os vários agrupamentos de contas contidas no balanço, os principais são transações correntes (TC) e a conta financeira (CF), pois disponibilizam um grande e significativo volume juntamente com um interessante contexto para análises.

Vasconcellos (2011) salienta que na estrutura do balanço de pagamentos encontra-se apenas demonstrações de um fluxo durante um determinado período, não incluindo a dívida externa do país. Deste modo, entende que o balanço é subdividido em quatro grupos de contas, destes dois grandes grupos: a conta de transações correntes e a conta total de capital. A conta corrente corresponde ao fluxo, ou seja, movimentação de bens e serviços, rendas, entre outros. A conta capital ainda pode se subdividir em outras três: conta de capitais autônomos, conta de erros e omissões e a conta de capitais compensatórios.

Vasconcellos (2011) salienta que na estrutura do balanço de pagamentos encontra-se apenas demonstrações de um fluxo durante um determinado período, não incluindo a dívida externa do país.

TRANSAÇÕES CORRENTES

Após a obtenção do saldo do balanço de transações correntes, pode-se analisar o endividamento externo do país. Segundo Vasconcellos (2011), se estes resultados forem negativos, significa que a sua poupança externa é positiva, ou seja, o país aumentou sua dívida financeira, através da grande aquisição de bens e serviços do exterior. Da mesma forma, se o saldo destas transações for positivo, significa que o país ofertou mais bens e serviços para o exterior do que se recebeu. Em termos reais sua poupança externa é negativa. Todas essas análises de oferta e demanda como também dos resultados são consideradas dentro de um certo período de tempo, indicado pelo país.

BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial é um dos itens que mais importa para o estudo da economia do país, uma vez que, ela é um fator essencial para definir, por exemplo, a taxa de câmbio praticada com sua moeda, podendo assim motivar o governo a formular políticas monetárias e fiscais. Lima (2019) explica que, quando uma empresa brasileira vende para o exterior, recebe o pagamento em dólar, mas como por lei a moeda corrente brasileira é o real, a empresa troca esses dólares por reais, quem compra os dólares são os bancos, através de duas corretoras. Os bancos venderão esses dólares para as importadoras, que por sua vez, compram produtos estrangeiros. Exportação = entrada de dólares, importação = saída de dólares.

SERVIÇOS

A balança de serviços é uma ferramenta usada para medir o volume em nível nacional de capital que um país movimenta exportando ou importando serviços. Para Vasconcellos (2011) é nela que se registra todas as prestações de serviços e rendimentos de capitais entre um país e o exterior. Ou seja, na balança de serviços que se contabiliza importações e exportações de serviços, transações com transportes, viagens internacionais, seguros, pagamento de royalties e remessa de lucros e juros.

Vasconcellos (2011) também mostra que a balança de serviços é dividida em dois grupos. Serviços não fatores que incluem: Transportes, Viagens internacionais, Seguros, Serviços empresariais, profissionais e técnicos, Serviços pessoais, culturais e de recreação, Serviços comerciais, Serviços financeiros, Royalties e licenças, Aluguéis de bens de capital e equipamentos, Serviços Governamentais (juros da dívida), Serviços diversos. E serviços fatores (rendas) incluindo: Salários, ordenados e demais remunerações, Renda líquida de investimentos, Lucros reinvestidos no país, Juros de empréstimo interempresariais, Renda de investimentos em carteira, Renda de outros investimentos.

RENDAS PRIMÁRIAS

Para Vasconcellos (2011) a renda primária é pertencente aos rendimentos do fator trabalho e às rendas de investimentos, que é subdividida em alguns subitens, que condizem às remunerações dos investimentos listado na conta financeira. Tal divisão se é feita em termos de investimentos diretos e em carteira, de modo que, se dividem em remunerações em lucros ou juros. Pertence a conta os juros pagos ao exterior através de títulos da dívida, por emissão doméstica quanto no exterior, igualmente os lucros e dividendos enviados ao exterior por investimentos feitos por não residentes no Brasil na forma de participações no capital de empresas. Por se tratarem de contas de saldo, elas incluem pagamentos feitos a não residentes (despesas, saídas de recursos), e possíveis recebimentos de residentes quando fizerem aplicações ou trabalhos no exterior (receitas, entrada de recursos externos).

RENDAS SECUNDÁRIAS

Renda secundária, antes denominada “transferências unilaterais”, tem sua nomenclatura ajustada às contas nacionais, e apresenta a renda gerada em uma economia e distribuída para outra. Setoriza as transferências em dois componentes: governo e demais setores. No primeiro caso, estão registrados os tributos correntes sobre a renda, contribuições e benefícios sociais, cooperação internacional corrente e demais transferências correntes do governo; já no segundo, estão as transferências pessoais (transferências correntes entre famílias residentes e não residentes) e outras transferências correntes (BACEN, 2020).

Na concepção Vasconcellos (2011) as transferências unilaterais de renda correspondem às receitas ou despesas que não tem como contrapartida a aquisição de um bem, a prestação de um serviço ou o uso de um fator produção correspondendo a transferência unilateral do poder de compra. Podem ser transferências de bens ou de moeda. Há dois elementos centrais a serem considerados aqui:

a. As remessas feitas por nacionais que moram no exterior às suas famílias no país de origem.

b. As doações ou donativos feitos entre governos. Se elas forem recebidas, entram como crédito na conta TUR.

Santos e Silva (2017) destacam a representatividade deste modelo para os países menos desenvolvidos, estes que apresentam uma elevada participação das transferências unilaterais no seu balanço de pagamentos. Essa conta é de extrema importância para financiar a importação de maquinário e equipamentos necessários para a ampliação da estratégia de crescimento do país.

No BPM5, a conta de remessas de trabalhadores, ou manutenção de residentes, vinculava a geração dos recursos remetidos entre as famílias, ao trabalho. No BPM6, é necessário apenas que o emissor e o receptor das remessas sejam pessoas físicas, não importando a forma como os recursos financeiros tenham sido gerados, ou seja, o BPM6 amplia o escopo dessa rubrica(BACEN, 2020).

CONTA CAPITAL E FINANCEIRA

Conforme Vasconcellos (2011), a conta capital registra as transações relativas a aquisição/alienação de bens não financeiros não produzidos e as transferências unilaterais de capital. Essas transações passaram a fazer parte da conta capital e financeira pelas regras do BPM 5 e, com as inovações introduzidas pelo BPM6 agora tem registro em separado da conta financeira porque envolvem transações de capital entre residentes e não residentes e não devem ser confundidas com transações financeiras. O BPM6 identifica como ativos não financeiros não produzidos as transações com recursos naturais (terra, direito de mineração, direitos florestais, água, direitos de pesca, espaço aéreo, e espectro eletromagnético), os contratos, concessões e licenças reconhecidos como ativos econômicos e os ativos de marketing (marcas, logos, nomes de domínio, etc.).

Ainda no estudo de Vasconcellos (2011), a conta financeira substitui a antiga conta de capitais autônomos e registra as transações relativas a formação de ativos e passivos externos. O BPM6 subdivide essa conta em cinco categorias funcionais: investimentos diretos (ID), investimentos em carteira (IC), derivativos (DR), outros investimentos (OI), e ativos das reservas (AR).

Vasconcellos (2011) exemplifica:

Investimento direto: Refere-se às entradas e saídas de capital relacionadas a obtenção de um "interesse duradouro" (relação de longo prazo entre o investidor e o negócio) de um residente em atividade ou negócio em outra economia.

Investimento em Carteira: Registra investimentos em ações, debêntures e outros títulos de renda fixa ou variável, em instrumentos do mercado monetário (CDBs, por exemplo).

Derivativos: registra receitas e despesas associadas a instrumentos financeiros cujo valor depende de outros instrumentos financeiros e sobre o qual não há pagamento de juros nem adiantamento ou pagamento de capital.

Outros investimentos: Conta residual, Subdivide-se em: Créditos comerciais, Empréstimos, Moeda e depósitos, Outras operações.

Vasconcellos (2011) enfatiza que esta conta é necessária para o fechamento das contas do balanço de pagamentos. Ela é fruto de discrepâncias que existem entre as diferentes fontes de dados estatísticos utilizados na construção do balanço. Já que se admite imperfeições no registro de transações, é comum que o total de créditos e débitos, não seja equivalente. A conta erros e omissões é portanto um "valor de chegada" e objetiva tornar nula a soma de créditos e débitos do balanço de pagamentos, impedindo que essas discrepâncias interfiram em seus resultados.

Vasconcellos (2011) aponta que o resultado global do balanço de pagamentos é dado pela soma dos saldos das contas de transações correntes (TC) com o saldo da conta capital e financeira (CCF). O resultado pode ser positivo/superavitário ou negativo/deficitário. Neste último caso, o país terá que se desfazer de parte de suas reservas internacionais para fechar o balanço.

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS FORTES E FRACOS DAS TRANSAÇÕES EXTERNAS BRASILEIRAS

No Brasil as transações correntes normalmente apresentam déficit. Pelo fato de o déficit nessas transações ser contabilmente igual ao uso de poupança externa pelo país. Por questões históricas e culturais, o Brasil necessita importar poupança do resto do mundo para sustentar sua demanda interna (consumo, gastos do governo e investimentos), visto que, pou-pouco internamente.

Podemos também observar o déficit brasileiro pelo número grandioso de empresas mul-tinacionais instaladas no país, onde essas tendem a mandar parte de seus lucros para suas re-spectivas matrizes, já que o saldo da balança comercial e de serviços tende a ser positivo.

Uma das vulnerabilidades das contas externas brasileiras, vem juntamente da estrutura econômica ser historicamente deficitária em rendas. Onde os recursos enviados ao exterior acabam originando uma necessidade de geração de dívidas, fazendo que o país fique de-pendente do financiamento estrangeiro para fazer frente aos desequilíbrios entre passivos e ativos externos, para poder fechar suas contas.

CRISE DE 1997 (Quebra da Rússia e países dos tigres asiáticos)

A crise financeira e cambial que despontou nos mercados emergentes do Leste Asiático em 1997-98 surpreendeu o mundo não somente pela sua rápida propagação global, mas também por ocorrer em países que,

anteriormente, foram apresentados como exemplos pela capacidade de crescer rapidamente e de forma sustentável.

O primeiro país a perceber esses sinais, iniciando o contexto de crise na Ásia foi a Tailândia, que, logo depois, contagiou os outros países da região do Pacífico Asiático. Em seguida, um país após o outro começava a exibir os mesmos sintomas.

CRISE DE 2001 (Calote argentino e o ataque terrorista as torres gêmeas)

A recorrência de crises financeiras nos países em desenvolvimento se intensificou entre o início da década de 1990 até os primeiros anos do atual século. Tais crises atingiram um grande número de nações, muitas com perfis econômicos bastante distintos, comprometendo drasticamente seus produtos. Mais recentemente, três delas impactaram a Argentina, com destaque para a crise russa em 1998 que causou danos severos a diversas economias do globo, além da sua.

CRISE DE 2008 (Bolha imobiliária nos EUA)

Em diversos países, a aquisição de um imóvel pode ser feita mediante a obtenção de uma hipoteca - empréstimos feitos a famílias ou empresas para a compra de moradias, terras ou outras propriedades imobiliárias, nos quais a própria estrutura ou terra servem como garantia destes empréstimos. Os prazos dos financiamentos hipotecários são extensos, podendo durar por décadas. É possível renegociar as hipotecas no mercado, quando o proprietário de uma casa hipotecada a vende para outra pessoa que tem interesse em manter o financiamento, assim como pode ser repassada para outro investidor que se interesse pela série de pagamentos futuros garantidos pela hipoteca, desde que o valor presente desta série seja para o comprador superior ao valor cobrado pela hipoteca.

CRISE DE 2015 (Impeachment da Dilma)

O caso de Dilma Rousseff é exemplar no que diz respeito a mudança de clima político. Em seu segundo mandato, a presidente deparou-se com um furacão que culminaria em sua tragédia final: a deposição. Dilma conquistara a reeleição, em 2014, numa disputa apertada que consolidou definitivamente o realinhamento eleitoral garantindo a quarta vitória do PT para a presidência.

Os governos Lula e o primeiro governo Dilma usufruíram de uma situação econômica relativamente boa. Um momento próspero da economia internacional, com a elevação dos preços das matérias-primas, parceria com a China e os países árabes e africanos. Somado a isso o desenvolvimentismo dos governos petistas, que incentivaram a criação de um mercado interno de consumo de massa, a partir do qual o governo poderia operar medidas anticíclicas contra crises internacionais.

3 CONCLUSÃO

A partir da coleta de dados do FMI e Banco Central do Brasil, em consonância com a análise histórica de acontecimentos mundiais, desde 1994, constatou-se que os impactos provenientes de fatores econômicos e políticos afetaram as contas externas do Brasil de uma maneira geral. A comprovação são as alterações de desempenhos nos resultados da maioria das contas, principalmente das transações correntes a partir de diversos momentos-chaves: 1) Quebra da Rússia e países dos tigres asiáticos; 2) Moratória Argentina e atentado de 11 de setembro; 3) Crise da bolha imobiliária nos EUA; 4) Impeachment de Dilma Rousseff.

Estabeleceram-se três objetivos específicos ao conceber o trabalho: o primeiro intencionava levantar informações externas referentes ao desempenho econômico do Brasil. A partir dos resultados encontrados, destaca-se a consolidação da economia brasileira, após o advento do plano real, como peça importante no cenário econômico mundial, por meio de incentivos fiscais para aumentar os investimentos externos no país e com a

adoção de medidas econômicas voltadas ao crescimento no número de exportações.

O segundo, visando demonstrar os pontos fortes e fracos do balanço e das transações do país, com informações obtidas sobre o balanço de pagamentos do Brasil, na base de dados do FMI, as quais foram transformadas em resultados e comparadas entre si, permitindo uma avaliação sobre o seu desempenho.

O terceiro objetivo pretendia identificar conflitos e crises que afetaram o Brasil, e atingiu-se mediante a caracterização destes momentos históricos críticos e seu impacto na economia do país. Ficou evidente que momentos de instabilidade econômica vividos pelos países parceiros de negócios fragilizaram também a economia brasileira, contudo, um dos cenários mais críticos deu-se quando o problema partiu de dentro do próprio país, como foi o caso do impeachment da presidente Dilma.

O objetivo geral foi cumprido a partir da real compreensão dos objetivos específicos e do êxito em caracterizá-los. Considera-se, portanto, que o problema da pesquisa: Qual é o desempenho das contas externas brasileiras desde o início do Plano Real? Revelou que as contas externas brasileiras, através de um desempenho econômico tido como satisfatório no período pós plano real, se encaminham para uma assemelhação cada vez maior com os países desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/nm1bpm6p.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Economia Internacional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

LIMA, Miguel et al. Manual de economia e negócios internacionais. São Paulo: Saraiva, 2011.

MALAN, Pedro. (1998). As perspectivas do Real no limiar do novo século. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. O Brasil e o mundo no limiar do novo século. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 38-56.

SANTOS, Junior Fernando Costa; SILVA, Guilherme Jonas Costa da. Transferências Unilate-raís em um Modelo de Crescimento Conduzido pelas Exportações: Uma Análise Empírica para os Países Africanos. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUN-DACE, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, fev. 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia – micro e macro. 6. ed. Atlas, 2011.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério da. Introdução à economia. 12. ed. São Paulo: Sarai-va, 2013.

Sobre o(s) autor(es)

Prof. MSc. Alex Fagner Martiny

E-mail: alex.martiny@unoesc.edu.br

Professor da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina